



**DEFENDO UMA FORTE
INSTITUCIONALIZAÇÃO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL NO ÂMBITO
DAS COMPETÊNCIAS DO ESTADO**

**I SUPPORT A STRONG STATE
INSTITUTIONALIZATION OF CHILD
EDUCATION**

Rita Coelho é coordenadora da Coordenação-Geral de Educação Infantil (Coedi), vinculada à Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação (MEC) desde 2007, o que a torna uma das pessoas do alto escalão do MEC com mais longevidade no cargo, tendo já passado por quatro secretários de Educação Básica e três ministros da Educação.

Antiga professora de ensino fundamental, Rita fala de sua trajetória como gestora pública, passando pelos tempos em que trabalhou como servidora do MEC, na prefeitura de Belo Horizonte, a presidência da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme), a articulação que deu origem ao Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (Mieib) e o trabalho à frente da Coedi.

Rita afirma que, hoje, o MEC é um lugar de defesa da concepção de educação infantil (balizada pela Lei de Diretrizes e Bases – LDB), inclusive dentro do próprio governo, o que pode ser atribuído ao seu trabalho, entre outros fatores.

Rita explora os avanços, desafios, dificuldades e conflitos que têm permeado o campo da educação infantil nos últimos anos. Para ela, a grande fragilidade dessa etapa da educação básica no Brasil é a qualidade.

A entrevista foi realizada em julho de 2014 e conduzida por Vanda Mendes Ribeiro e Joana Buarque de Gusmão, respectivamente coordenadora adjunta e pesquisadora da Coordenação de Desenvolvimento de Pesquisas do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec).

CADERNOS CENPEC – EM PRIMEIRO LUGAR, GOSTARÍAMOS QUE VOCÊ SE APRESENTASSE, FALASSE UM POUCO DE SUA TRAJETÓRIA EM CARGOS PÚBLICOS E O TEMPO EM QUE ESTÁ NO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC).

RITA COELHO – Sou socióloga. Estou no MEC como coordenadora geral da Educação Infantil há sete anos. Venho de uma trajetória na educação pública: primeiro, no antigo primário, hoje, anos iniciais do ensino fundamental; depois, na educação superior e, em seguida, atuando em órgãos públicos vinculados à educação em Belo Horizonte, minha cidade de origem. Inseri-me na carreira de gestora, em âmbito nacional, na década de 1980, como servidora do MEC, lotada no antigo Instituto de Recursos Humanos João Pinheiro, órgão originalmente vinculado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), na época responsável pela formação de professores. No processo de reforma administrativa, aquele

Instituto foi integrado à antiga Fundação de Assistência ao Educando (FAE), hoje Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Nesse processo de reintegração, fomos responsáveis pela descentralização da execução dos antigos programas de assistência ao educando – a merenda escolar, o livro didático, o material escolar, entre outros. A partir dessa experiência, aposentei-me e fui convidada pela Prefeitura de Belo Horizonte para assumir um cargo vinculado à educação infantil.

CADERNOS CENPEC – QUANDO FOI ISSO?

RITA COELHO – Em 1994, na primeira gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) em Belo Horizonte, cuja proposta era uma política de cidadania desde a infância. Essa proposta foi implementada por meio do projeto “Criança Cidadã”, que propunha melhoria e investimento no atendimento para as crianças pequenas. Na época, educação infantil era curso livre ou assistência social. O município regulamentou a Lei Orgânica e, coerente com a Constituição, reconheceu o seu dever com a educação infantil. Um dos grandes movimentos foi para que a coordenação da política de educação infantil fosse assumida pela Secretaria de Educação e o município se organizasse como sistema. Foi formulada a Lei do Sistema, criamos o Conselho Municipal de Educação, uma estratégia fundamental para a qualidade da educação infantil, e fui indicada como conselheira representante do governo. O município deve se organizar como um sistema próprio e tomar para si a responsabilidade, uma vez que o estado não a toma e órgãos estaduais, em um entendimento equivocado, não assumem responsabilidades com a educação infantil. Concordo que a competência em relação à oferta não é do estado, mas existem outras competências que abrangem a educação infantil e devem ser assumidas por ele. Na maioria dos municípios que não se organizam como sistema, a educação infantil fica num limbo, sem regulamentação, sem supervisão; o município responde apenas pelo atendimento na rede pública e a rede privada fica sem vínculo com o poder público.

CADERNOS CENPEC – VOCÊ DEFENDE A CRIAÇÃO DE SISTEMA DE ENSINO MESMO PARA MUNICÍPIOS PEQUENOS?

RITA COELHO – Defendo. Os municípios pequenos podem ter alternativas de compartilhar a elaboração da regulamentação. Como não existe a figura do Conselho Regional, não temos como propor que dez municípios pequenos se associem e criem um único sistema, mas eles podem trabalhar juntos a fim de

produzir o ato normativo, discutir e formular a política, que é o grande desafio.

Bem, desse lugar de conselheira fui eleita presidente nacional da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme) do Brasil e retomei uma atuação em âmbito nacional. Paralelamente, criamos em Belo Horizonte um fórum de defesa da educação infantil. A partir das reuniões desse fórum, percebemos que outros estados, como Rio de Janeiro e São Paulo, também tinham fóruns e enfrentavam desafios semelhantes. Uma articulação entre esses três fóruns estabeleceu as bases do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (Mieib).

CADERNOS CENPEC – VOCÊ ESTÁ NO MEC HÁ SETE ANOS. MUDOU A GESTÃO, MUDOU A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA, MUITAS PESSOAS MUDARAM. NÃO É SIMPLES, DIGAMOS ASSIM, A CONSTRUÇÃO DE UM LUGAR. GOSTARÍAMOS QUE VOCÊ FALASSE UM POUCO SOBRE ISSO.

RITA COELHO – Em sete anos tivemos quatro secretários de Educação Básica e três ministros da Educação. Tem um lado que é muito bom e outro lado que é sofrido. O primeiro [*fator de permanência*] eu atribuo a um forte compromisso do governo federal e à coerência do MEC com a educação infantil. Atualmente, o Ministério é um lugar de defesa da concepção de educação infantil e dentro, inclusive, do próprio governo. Embora o direito à educação esteja fortemente reconhecido pela Constituição, tanto pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, quanto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, coexistem na sociedade e dentro do governo disputas de concepções. No campo da infância, da criança pequena, continua presente a ideia de que não é necessária a formação profissional. Dentro do Congresso são disputados projetos de leis que propõem coisas absolutamente inconsistentes. O MEC é, hoje, interlocutor nacional na defesa e reafirmação de uma determinada concepção. Se você observar a atuação do MEC e, por exemplo, acessar o site e consultar as publicações e principais ações, há uma coerência enorme desde a década de 1990. Existem diferenças de abordagem, um pluralismo de ideias, mas a concepção é a de educação com currículo, com profissional habilitado, com regulamentação, com qualidade.

Então, em primeiro lugar, atribuo minha permanência no MEC à correta e importante política que vem sendo implementada. Segundo, atribuo também ao meu compromisso com a educação infantil. O que me traz para o MEC são essa trajetória e a experiência na gestão de política pública, na gestão da

educação infantil, de compromisso com a educação, de conhecimento da área educacional. Por outro lado, venho do processo de luta social e ativismo que exige uma capacidade de diálogo com as diferentes posições que, às vezes, não são apenas diferentes, são divergentes; que exige uma capacidade de negociação, uma capacidade de escuta e, às vezes, de tolerância. Acredito nesse trabalho, sou uma operária e gosto dele. O lado “duro” é que, desde que estou aqui, tenho uma clareza de que o único lugar na estrutura do governo federal no qual se define uma competência em relação à educação infantil é este lugar: Coordenação-Geral de Educação Infantil (Coedi). Não há outro lugar – em nenhum outro Ministério, ou na Presidência da República, ou na Casa Civil – ao qual se atribua competências específicas referentes à educação infantil. E eu gostaria de deixar este lugar política, técnica e objetivamente fortalecido. Trata-se de uma frustração, porque as condições objetivas precisam ser melhoradas. Nossa capacidade de execução é menor do que nossa capacidade de formulação. A própria estrutura do MEC precisa ser revista para melhor atender à educação infantil.

CADERNOS CENPEC – UMA DAS NOSSAS QUESTÕES ERA JUSTAMENTE SOBRE O LUGAR QUE A EDUCAÇÃO INFANTIL OCUPA NO MEC E AGORA VOCÊ ESTÁ FALANDO, INCLUSIVE, EM RELAÇÃO AO GOVERNO COMO UM TODO...

RITA COELHO – A educação infantil demanda do MEC atribuições que estão muito além do papel institucional da Coordenação. É uma etapa da educação que só recentemente integrou o sistema educacional. Nós (a educação infantil) não nascemos como educação, mas como filantropia, caridade e curso livre. A mudança que a sociedade brasileira construiu é espetacular, é dever do Estado, é direito dos pais trabalhadores, é direito de todas as crianças, ou seja, uma política extremamente complexa que exige um diálogo com outras políticas, tais como a de apoio ao trabalhador, a da família, a da saúde, da cultura e a da assistência social. Por outro lado, demanda novas competências das estruturas do sistema educacional.

Vale ressaltar que é a Constituição Federal que afirma o dever do Estado com a educação desde o nascimento, mas é a LDB, de 1996, que determina a integração da educação infantil ao sistema educacional e estabelece três anos de prazo para a transição, encerrado em 2000. Por sua vez, só vamos ter recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) vinculados às matrículas da educação infantil a partir de 2007. Portanto, estamos falando da configuração de uma nova política, historicamente recente. Nesse sentido,

cabe ao governo federal a indução dessa política pela força que tem, bem como pelas obrigações e competências que possui. Ele não pode intervir, porque no regime federativo a educação não é sistema único, tal como a saúde e a assistência social. Somos, na política de educação, um sistema federal, um sistema distrital, 26 sistemas estaduais e aproximadamente 3 mil sistemas municipais, todos constituídos e autônomos. Como União, podemos coordenar, colaborar, suplementar, discutir, apoiar, assessorar, repassar recursos, mas não podemos intervir em decisões dos municípios, pois o MEC não é órgão fiscalizador e o município é ente federado autônomo. Vejamos, na educação infantil o Ministério atua com o sistema de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social na Área de Educação (Cebas); atua também com a construção de novos estabelecimentos, com a compra de equipamentos e materiais, com a formação de profissionais, com o currículo. Temos o papel de induzir o país a definir o que é específico da educação infantil: seja na docência, seja na materialidade das escolas, na organização dos espaços ou no currículo...

CADERNOS CENPEC – PELA SUA FALA, ENTENDEMOS QUE TUDO É MUITO RECENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL. QUERÍAMOS QUE VOCÊ EXPLORASSE MAIS AQUILO QUE ACHA QUE FOI E ESTÁ SENDO DECISIVO NOS ÚLTIMOS ANOS: OS DESAFIOS, AS DIFICULDADES E OS CONFLITOS QUE OCORRERAM DURANTE A REGULAMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL.

RITA COELHO – A educação infantil é recente como primeira etapa da educação básica. Nesse sentido, defendo uma forte institucionalização da educação infantil no âmbito das competências do Estado. É muito baixa a capacidade institucional da área de educação infantil. Acho que a educação infantil necessita avançar no campo institucional, no sentido não de controle, mas de existência e identidade. Do ponto de vista da União, destaco dois marcos legais determinantes: o Fundeb e a atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (Dcnei). Com isso, temos um avanço na identidade da educação infantil. Qual é a nossa grande fragilidade? Qualidade. Não acho que é uma fragilidade do MEC, é uma fragilidade da nossa sociedade. No Brasil, o que formulamos, legislamos e defendemos [*sobre direito da criança*] não é observado na prática.

CADERNOS CENPEC – É A QUE SE DEVE ESSE FENÔMENO, EM SUA OPINIÃO?

RITA COELHO – Há uma ruptura entre concepção e capacidade de

implementação que atribuo a vários fatores: falta de condições objetivas, questão de formação, gestão, insuficiência de quadros técnicos e, principalmente, nossa sociedade, que ainda não absorveu as concepções de criança, de direito e de desenvolvimento infantil que estão presentes nos discursos e na legislação. Então, existe uma questão que é da sociedade como um todo: o direito das crianças é um direito reconhecido muito recentemente e de fragilíssima implementação, até pela condição de dependência, de subordinação, de falta de autonomia da criança. Na nossa sociedade, apesar de sabermos que as crianças são competentes desde seu nascimento, que elas se expressam, que interagem, nós não as escutamos, achamos que sabemos o que é bom para elas. O sistema educacional reproduz isso, expressa essa contradição: ao mesmo tempo que tem como objetivo essa transformação, ele também é reprodutor do que existe na sociedade. É reprodutor da desigualdade, da exclusão das crianças pequenas, da opressão, da violência, e ao mesmo tempo tem como objetivo transformar e superar isso. Penso que duas grandes linhas de ação são estratégicas para o enfrentamento disso: formação do professor e gestão.

Não adianta investir na escola sem passar pela gestão. O que acontece na escola tem a ver com o mobiliário que foi comprado pela secretaria, com a forma como foi concebida a alimentação, com o quadro de recursos humanos. Há uma dimensão da gestão dessa política que precisamos conhecer melhor, tanto a gestão da escola quanto do sistema.

CADERNOS CENPEC – VOCÊ ACHA QUE A UNIVERSIDADE QUE FORMA OS PROFESSORES ESTÁ COMEÇANDO A FICAR MAIS DESPERTA PARA ESSA NECESSIDADE? QUE INDÍCIOS VOCÊ VÊ?

RITA COELHO – Está. Existe uma forte indução do MEC trabalhando sistematicamente com as universidades para conceber especialização, produzir pesquisas sobre currículo, igualdade racial, educação infantil no campo. Nesse envolvimento, percebemos tanto uma relação maior das universidades com as escolas quanto um diagnóstico melhor sobre o trabalho destas.

CADERNOS CENPEC – VOCÊ ACHA QUE ISSO JÁ COMEÇOU A IMPACTAR O CURRÍCULO?

RITA COELHO – Não, de jeito nenhum, mas nossa capacidade de

acompanhamento e monitoramento é muito pequena, ou seja, não tenho informações para avaliar essa dimensão.

CADERNOS CENPEC – O QUE VOCÊ ACHA QUE É MAIS DANOSO NA FORMAÇÃO INICIAL VOLTADA PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL?

RITA COELHO – Dois pontos. O primeiro é a ausência de conteúdos específicos sobre a criança pequena. Isso é muito danoso. A criança pequena tem características, possibilidades e limites próprios, tem um ritmo de desenvolvimento próprio. Como ela aprende, como ela interage? Isso não é discutido. O outro ponto refere-se à não valorização da prática, do como fazer. No Brasil, o saber teórico é muito valorizado e o trabalho intelectual é considerado superior ao trabalho mais prático. Dessa forma, não se discutem as didáticas da educação infantil, as habilidades de trabalhar em grupo e a criatividade, entre outras.

CADERNOS CENPEC – NA QUESTÃO DA GESTÃO, VOCÊ ACOMPANHA MUITO A UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (UNDIME). O QUE OS GESTORES FALAM SOBRE OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL?

RITA COELHO – Os gestores municipais são quase unânimes em relação a dois desafios: ampliação de vagas e insuficiência de recursos financeiros. As grandes demandas dos gestores municipais são: financiamento, expansão de vagas (para atender às listas de espera) e a judicialização da educação infantil. A atuação do Judiciário é uma questão complicada porque, apesar de todo o esforço dos municípios de organizar a política, os critérios de matrícula, o número de crianças por professor, uma ação judicial altera tudo isso, obrigando a matricular mais crianças. Ultimamente, apontam também que os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal são um obstáculo, e não adianta prover mais recursos para determinados municípios que já atingiram o teto de gastos com pessoal. Eles não conseguem executar o recurso, não podem contratar mais professores, porque estão no teto da exigência legal e a terceirização é problemática.

CADERNOS CENPEC – E PARA VOCÊ, QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS QUESTÕES RELATIVAS À GESTÃO?

RITA COELHO – O maior problema é a qualidade do atendimento.

CADERNOS CENPEC – EM SUA OPINIÃO, NÃO HÁ, JUNTO A ESSES GESTORES, UMA VISÃO DE QUALIDADE?

RITA COELHO – Como prioridade a ser enfrentada, não. Inclusive, tenho uma posição – às vezes, mal compreendida – de que não adianta mais dinheiro para a educação infantil se o investimento não for capaz de melhorar a qualidade. Os nossos problemas não se equacionam somente com o financiamento.

CADERNOS CENPEC – E COMO VOCÊS ESTÃO ATUANDO DIANTE DESSA SITUAÇÃO?

RITA COELHO – Com formação de professor, defendendo a qualidade da educação infantil no currículo da Pedagogia, na revisão das licenciaturas, no aperfeiçoamento para quem não tem nível superior e na especialização para docência na educação infantil. Precisamos investir na formação inicial e continuada com ênfase nas práticas cotidianas.

Outra ação é o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância): a estratégia de construção e ampliação de vagas, de criação de projeto arquitetônico específico, projetado para a criança pequena, com respeito, com estética, com espaço adequado para essa criança. O Proinfância é uma intervenção no espaço urbano que provoca uma discussão sobre o lugar da criança na cidade, na sociedade. É muito interessante observar que nas cidades pequenas ele é, muitas vezes, o prédio mais bonito. Nas cidades grandes, em geral, está construído na periferia e passa a ser disputado pela classe média como um espaço de qualidade. É uma ação indutora de qualidade. Além do financiamento da obra, da definição de critérios para construção – que passam a ser referência nacional (quantidade de banheiros, existência de área externa, pátio coberto, banheiro adaptado, entre outros espaços) –, o referido programa também repassa recursos para a manutenção de novas matrículas e tudo isso é uma forma de afirmar a concepção de educação infantil.

O Brasil Carinhoso, um investimento pactuado entre três ministérios (Saúde, Educação e Desenvolvimento Social) é outra política com foco na população de 0 a 5 anos e forte compromisso com novas matrículas na educação infantil e matrículas de crianças do Programa Bolsa Família em creches.

Destaco, ainda, as ações voltadas para o currículo: as diretrizes nacionais, as orientações curriculares e a discussão sobre a base nacional comum que, de forma alguma, se reduz à definição de um currículo único, nacional,

padronizado e à avaliação institucional.

CADERNOS CENPEC – FALE UM POUCO SOBRE ESSE DEBATE, COMO VOCÊS ESTÃO PENSANDO EM CONDUZI-LO, QUAIS SÃO AS DIFICULDADES.

RITA COELHO – A questão do currículo é, historicamente, uma questão polêmica e ainda gera muitos conflitos na área da educação infantil. Mas avalio que existe um consenso: a educação infantil tem currículo, porém este não se organiza por áreas e disciplinas. É um currículo por campo de experiências, por vivências possibilitadas à criança. Essas vivências estão nas diretrizes claramente propostas e implicam, sim, a diversidade de experiências, com múltiplas linguagens, música, teatro, linguagem oral e escrita, experiências de espaço e tempo, com a natureza, com o conhecimento de si e do outro. Por uma precariedade da formação, o modelo do currículo da educação infantil, na prática, é o do ensino fundamental ou o do livro didático. Na verdade, você não consegue ter mediadores de outras experiências, então, temos sistematicamente investido em ações visando à melhoria das práticas. Primeiro, foram as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (Dcnei), anteriormente mencionadas; a seguir, a compra de brinquedos e a distribuição da publicação Brinquedos e brincadeiras nas creches. Depois, as pesquisas e publicações sobre igualdade racial e educação infantil do campo. Atualmente, três grandes projetos estão em andamento: “Educação Infantil em Jornada de Tempo Integral”, “Leitura e Escrita na Educação Infantil” e “Avaliação na e da Educação Infantil”.

Nosso projeto é, primeiro, trabalhar com universidades federais. Elas possuem especialistas, pesquisadores e podem subsidiar a formulação da política com pesquisa, compartilhando experiências internacionais, com parcerias com municípios e centros de pesquisa. Elas são o nosso subsídio. Além disso, estamos analisando a compra de livros e materiais de apoio às práticas pedagógicas. Alteramos a distribuição do Programa Nacional de Biblioteca na Escola (PNBE). Esse programa, desde 2008, inclui um acervo de 60 títulos de literatura infantil para a faixa etária de 0 a 3, 4 e 5 anos que, a partir de 2014, passou a ser distribuído por turma de educação infantil.

CADERNOS CENPEC – ISSO A PARTIR DE QUANDO?

RITA COELHO – A partir da distribuição deste ano, muitas escolas já estão recebendo. Mas é preciso associar essa distribuição à formação e a um

material orientador para o professor.

CADERNOS CENPEC – QUE MATERIAL?

RITA COELHO – Um material de formação do professor. A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) está coordenando, junto com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e com a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), uma pesquisa sobre práticas de leitura e escrita na educação infantil. Essa pesquisa de caráter nacional é executada por uma universidade federal de cada região geográfica do Brasil que dialoga com as escolas e professores de educação infantil.

CADERNOS CENPEC – PRÁTICAS LEITORAS?

RITA COELHO – Com base na pesquisa, será produzido um material de orientação para o professor referente às práticas leitoras na educação infantil.

CADERNOS CENPEC – E O PROGRAMA DE FORMAÇÃO VAI SER ARTICULADO COM O MATERIAL?

RITA COELHO – Sim, os programas de formação do MEC/SEB são articulados com a elaboração e distribuição de materiais.

CADERNOS CENPEC – EM QUE MOMENTO ESTÁ ESSE PROCESSO?

RITA COELHO – Embora a universidade tenha autonomia para ofertar especialização, aperfeiçoamento e a extensão que ela quiser, nesse caso, chamamos as universidades para compartilhar um diagnóstico e elaborar uma proposta de formação continuada – especialização e aperfeiçoamento. Atualmente, 26 universidades estão ofertando esses cursos. Claro que há desafios nessa relação. Porque, em geral, a universidade quer fazer mais do mesmo: ela quer fazer o que sabe fazer. Essa é uma tensão. Ela repete na formação continuada os problemas da formação inicial.

CADERNOS CENPEC – VOCÊ FALOU SOBRE A QUESTÃO DO CURRÍCULO. TEM

DUAS DISCUSSÕES QUE GOSTARÍAMOS QUE VOCÊ ABORDASSE: A AVALIAÇÃO E A POSSÍVEL ADOÇÃO DE UMA BASE CURRICULAR COMUM NO PAÍS. COMO VOCÊ VÊ ISSO NA EDUCAÇÃO INFANTIL?

RITA COELHO – O mais coerente é falar em Base Nacional Comum, porque Base Curricular Comum é outra coisa. Então, Base Nacional Comum está na legislação. As diretrizes curriculares definem claramente: o art. 9º da Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, é a Base Nacional Comum da Educação Infantil. A questão é como garantir sua implementação. Precisa-se implementar, é direito da criança e, mais do que tudo, é a base da cidadania brasileira e uma questão de garantir igualdade, uma estratégia de enfrentamento da desigualdade. É quando se começa a construir aquilo de comum que nos une como cidadãos brasileiros, passando pelo conhecimento da língua, pela cultura, pela identidade. O papel do MEC na educação infantil é diferente do papel do MEC no ensino fundamental e médio, porque as diretrizes destas etapas determinam que o MEC encaminhe para o Conselho Nacional de Educação (CNE) os chamados objetivos e direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Na educação infantil, as diretrizes definem que o MEC deve orientar os sistemas, produzir referências para que estes as implantem.

CADERNOS CENPEC – NO DEBATE SOBRE A BASE CURRICULAR COMUM OU BASE NACIONAL COMUM A DISCUSSÃO É JUSTAMENTE SOBRE A NECESSIDADE DE DEFINIR OS DIREITOS DE APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS, ANO A ANO DE ESCOLARIDADE. VOCÊ ACHA ESSE DEBATE ADEQUADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL?

RITA COELHO – Neste momento em que nem as diretrizes curriculares são amplamente conhecidas, reconhecidas ou implementadas, é absolutamente inadequado para a educação infantil. Primeiro, o debate será produzido a partir de uma criança abstrata e não real. Vou produzir a partir de uma criança que imagino e essa criança que imagino, que você imagina ou que um grupo de universidades imagina não é a criança real de Cruzeiro do Sul, do Acre, de Cacoal, de Rondônia ou de Ribeirão Preto, em São Paulo. Isso vai induzir a um empobrecimento maior ainda na relação do professor com a criança. Nosso esforço, em termos de currículo, é colocar a “centralidade” na criança, levar o professor a olhar e interagir com a criança. A criança diz, expressa-se, manifesta-se. Construir a relação professor-criança é o que vai fazer com que ela se desenvolva e não apenas o conteúdo que o professor está lendo. Devemos insistir na concepção de currículo, de diretrizes, de direito à linguagem oral e escrita, dimensões básicas que foram adiadas e

não resolvidas. Se produzirmos algo, informando que com a idade de 1 mês a criança deve fazer isso, com 2 deve fazer aquilo, nunca mais o professor olha para essa criança real. Mas é uma polêmica, muita gente discorda dessa posição, acha que devemos produzir sim, e com outras metodologias, outros diálogos, com outros processos e referências...

Estou acreditando na formação do professor e nessas intervenções indutoras da mudança de mentalidade, como o Proinfância, no mobiliário, na compra de brinquedos, de livros.

A avaliação é outra política importantíssima, mas vamos esclarecer de qual avaliação estamos falando. Avaliação da criança é uma competência da escola e as Dcnei orientam como deve ser feita. Portanto, o MEC descarta prova na educação infantil ou uma avaliação nacional da criança. Veja, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, o Saeb, é centrado nos indicadores de desempenho do aluno, características inadequadas para a educação infantil. Em nossa opinião, isso é antecipar uma cultura competitiva, classificatória, excludente. Por outro lado, a educação infantil é uma política pública, com significativos investimentos e precisa ser avaliada. Com a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), o Inep terá dois anos para implementar uma avaliação nacional da educação infantil com foco nas condições da oferta. A avaliação da educação infantil traz para dentro do sistema de avaliação da educação básica outras exigências de considerar fatores extraescolares, correlacionando fatores. O Inep constituiu dois grupos e está trabalhando numa matriz de referência. Paralelamente, temos um processo de cooperação técnica da Universidade Federal do Paraná (UFPR) que realizou um convênio com a Universidade de Pavia, na Itália, para conhecer mais sobre o sistema de avaliação italiano na educação infantil. Eles têm uma avaliação de contexto que é construída a partir de um processo de negociação com as escolas e comunidades. O processo é parecido com o dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil¹.

CADERNOS CENPEC – SOBRE ESSE TRABALHO COM A ITÁLIA, EXISTE UM INTERCÂMBIO, UMA COOPERAÇÃO TÉCNICA?

RITA COELHO – Sim. Intercâmbio firmado pela UFPR com a participação do MEC/SEB. Nessa cooperação, são realizados estudos, pesquisas, viagens de

¹ Os *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil* se constituem em um instrumento de autoavaliação participativa de unidades de educação infantil. Disponível: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/indic_qualit_educ_infantil.pdf

intercâmbio entre várias regiões de ambos os países, seminários internacionais e publicações.

CADERNOS CENPEC – VOCÊ ACHA QUE O MOMENTO É DA ENTRADA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MEC?

RITA COELHO – Momento de entrada, não. A educação infantil está no MEC há muitos anos, mas é um momento de forte institucionalização da educação infantil no âmbito das competências do MEC, como primeira etapa da educação básica, o que também vem ocorrendo nos municípios, nas universidades. Porque, em geral, essa etapa ficou atribuída a um cantinho, a uma equipe quando ela envolve competências estruturais. Ela não é um assunto específico. Ela implica espaço, financiamento, gestão, currículo, obra, formação e mobiliário.

CADERNOS CENPEC – VOCÊ VÊ ISSO MUDANDO NAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO?

RITA COELHO – Vejo. Várias secretarias criaram coordenações de educação infantil, que não estão mais subordinadas ao ensino fundamental. Há uma tendência de criação de um *locus* institucional específico da educação infantil.

CADERNOS CENPEC – TEM ALGUMA COISA MUITO IMPORTANTE ACONTECENDO NO CAMPO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E QUE NÓS NÃO TENHAMOS ABORDADO AQUI? NO ÂMBITO DOS MUNICÍPIOS, ESTADOS OU MESMO DE REGULAMENTAÇÃO?

RITA COELHO – Uma coisa importante é a articulação interssetorial. Precisamos avançar, porque dizer que a educação infantil não pode ter férias é cobrar da educação infantil um papel que não é dela, é meio que questionar a identidade da educação infantil. Dizer que uma criança de 5 anos pode ser matriculada no ensino fundamental é também questionar a identidade da educação infantil. Então, existem outras políticas que precisamos, muito, formular, criar. Política de apoio ao trabalhador... Por exemplo, se a educação tem uma rede de creches, de pré-escolas, essa rede pode, sim, participar de um atendimento nas férias, mas dizer que é educação infantil é um equívoco.

Porque esse tipo de atendimento não precisa de professor, não é para todas as crianças, é para quem quiser, não precisa estar em todas as instituições e deve envolver outras secretarias e profissionais, como os da saúde, da cultura, do esporte e, principalmente, não pode ser feito com os recursos da educação. O funcionamento noturno é outro exemplo. Como eu implemento um currículo para uma criança que chega à creche às 22h e sai às 6h? Isso, no meu entendimento, não tem a ver com flexibilizar o horário na educação infantil – que eu acho que devemos flexibilizar, o horário é muito rígido. Se a mãe sai às 4h, ela poderia pegar essa criança na creche às 4h, não precisa ser às 5h. Mas também, se ela entra às 9h no serviço, ela poderia levar às 8h e não às 7h. Mas, quando pedem para a creche funcionar à noite, isso não é flexibilidade de horário, estão demandando outra política. Não estão demandando a primeira etapa da educação básica. Então, esse diálogo é importante e o município enfrenta essa demanda. Veja, o Brasil tem a Rede Nacional Primeira Infância, uma parceira na defesa de políticas para a primeira infância, mas o que é uma política nacional de primeira infância? É uma articulação entre políticas setoriais ou é outra política, com outras ações, programas e fontes de financiamento?

CADERNOS CENPEC – O DIÁLOGO DA EDUCAÇÃO INFANTIL COM O ENSINO FUNDAMENTAL TEM MELHORADO?

RITA COELHO – Não. É um desafio para o MEC e para os municípios. E é um desafio no qual temos investido pouco. Essa é uma das demandas que não conseguimos executar.

CADERNOS CENPEC – COMO VOCÊS TRABALHAM EM RELAÇÃO À QUESTÃO DA DIVERSIDADE, TANTO NO ÂMBITO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO QUANTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO CAMPO, NA FLORESTA, EM GRANDES CIDADES? HÁ ALGUM TIPO DE TRABALHO ESPECÍFICO?

RITA COELHO – Sim. Várias iniciativas, sempre compartilhadas com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) e universidades. Fizemos a pesquisa sobre “Educação Infantil no e do campo”. A educação infantil reproduz as discriminações que, na verdade, são da nossa sociedade. A educação do campo é um desafio da educação infantil, do ensino fundamental, do médio, da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Os problemas da relação campo-cidade, de terras, da reforma agrária,

do latifúndio, do agronegócio refletem na educação.

A discriminação racial também não é uma questão da educação infantil, mas ela começa na educação infantil, ninguém nasce racista. Você aprende isso na cultura, nas relações sociais. Mas, ao mesmo tempo, em uma sociedade que discrimina, a discriminação é maior quanto menos autônoma for a pessoa. E, na educação infantil, a discriminação passa pelo corpo, pelo toque físico, pelo nojo. As pesquisas mostram que as crianças negras são menos penteadas, menos beijadas, menos acarinhadas. Estamos desenvolvendo o projeto “Educação Infantil 100% Inclusiva” para ampliar as matrículas de crianças com deficiência na educação infantil.

CADERNOS CENPEC – COMO VOCÊ VÊ A ATUAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NA EDUCAÇÃO INFANTIL?

RITA COELHO – A educação infantil é uma área muito mobilizada, com uma característica importante que é o Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (Mieib). Temos um movimento nacional capilarizado, temos pauta, temos reconhecimento de movimentos nacionais como a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, de entidades como a Undime e a Uncme. Por outro lado, a sociedade civil – família, vizinhos – ainda fecha os olhos para os direitos das crianças. É preciso não desviar o olhar, denunciar e falar. Nossa sociedade ainda não escuta a criança que está gritando, sendo surrada, aceita e compra brinquedos de R\$ 1,99 (sem nenhum temor de que sejam prejudiciais, perigosos), não exige qualidade do brinquedo; aceita, por exemplo, pagar uma mensalidade alta de R\$ 2.000,00 pelo atendimento na creche, mas não exige um professor habilitado para atender o seu bebê.

CADERNOS CENPEC – PARA ENCERRAR, GOSTARÍAMOS QUE VOCÊ DISCORRESSE SOBRE OS TRÊS PRINCIPAIS AVANÇOS E OS TRÊS PRINCIPAIS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL, EM GERAL, NO PAÍS ATUALMENTE.

RITA COELHO – Dois principais desafios: qualidade e equidade. Existe uma relação entre educação infantil, pobreza e desigualdade que acarreta menos direito à educação infantil para os pobres, negros, para a população rural, para os filhos de pais menos escolarizados. Nessa política de expansão da educação infantil, não basta crescer: tem de crescer atingindo algumas populações, e este é um desafio. Não estou falando de focalização, não acredito nisso, estou falando de uma complexidade estrutural do país. Porque

não adianta só abrir vaga: não significa que o pobre conseguirá acessar essa vaga, que a criança que mora no campo, ribeirinha, consiga acessar. É preciso planejar esse crescimento com características capazes de absorver a população que é excluída, decorrente da situação de desigualdade em nosso país.

Para atingir as metas do PNE, precisamos criar milhões de vagas, e ao mesmo tempo, não somente discutir o acesso. Não queremos criar vaga sem qualidade, isso não significa garantir o direito à educação infantil. Não conseguimos resolver a qualidade das vagas que criamos desde a década de 1970 e agora vamos “abrir a torneira” de vagas sem enfrentar a qualidade? O acesso não pode estar desvinculado da qualidade e, nesse sentido, é importante que a Justiça e órgãos de controle exijam a vaga obrigatória com professor, proposta pedagógica, espaço adequado. Caso contrário, estarão abrindo mão da concepção de direito à educação infantil. Há um desafio grande, não basta acesso. São acesso e condições específicas que garantem a qualidade.

Finalmente, quanto ao desafio da obrigatoriedade da matrícula a partir dos 4 anos, 84% da população da faixa etária de 4 a 6 anos matriculada coloca a exigência de inclusão de uma população para além da educação. Quem ainda não teve acesso a esse direito está numa situação que envolve outros fatores, não adianta somente a educação ter capacidade de ofertar.

E há a questão da faixa etária de 0 a 3, porque ainda não temos a especificidade dessa identidade. Além da vaga, da inclusão dos excluídos, nossa sociedade tem de produzir a compreensão do que é a educação via dever de Estado com bebês. O que é isso? Não estou falando de orfanatos, de institucionalização de crianças, de família substituta, estou falando de desenvolvimento pleno, de processo educativo coletivo em espaço público. Não sabemos o que é isso como sociedade. Claro que temos especialistas, pesquisas maravilhosas, temos acesso ao conhecimento, mas como política pública isso não está incorporado na gestão, nas práticas, na organização dos espaços. Em outras palavras, há invisibilidade dos bebês no sistema educacional brasileiro

CADERNOS CENPEC – E AVANÇOS?

RITA COELHO – Avanços, eu acho que já indiquei vários. A institucionalização e a atuação do governo federal são avanços. As ações do governo federal no campo da educação infantil são significativas. O Fundeb, a política de avaliação que está sendo construída, as diretrizes curriculares são avanços.

Essas diretrizes são estratégicas para a prática e o debate referentes ao currículo. A questão da construção, da ampliação de vagas, do projeto arquitetônico, do investimento de R\$ 8 bilhões numa ação que é da União para financiar a ampliação de vagas no município. Ter a educação infantil pautada, hoje, na nossa sociedade, por parceiros como vocês e outros tantos é um avanço muito importante. Há um interesse pela educação infantil. Está pautada no Congresso, na Presidência da República, na mídia. Ter a educação infantil como uma ação do Plano de Aceleração de Crescimento (PAC) do país é um avanço. Significa que o país reconhece essa política como estratégica para o seu desenvolvimento, crescimento e justiça social. Essa questão não estava posta há apenas dez anos. A educação infantil avança porque é uma necessidade social muito grande, inquestionável, considerando as mudanças na estrutura da família, a complexidade da vida nos grandes centros urbanos, a compreensão do desenvolvimento humano e da infância. Uma coisa que chama a atenção quando discutimos com famílias é que o que elas mais querem da educação infantil é compartilhar o processo educacional. As famílias sentem muito medo e insegurança sobre o que é certo, sobre o que fazer em relação à educação. Se a sociedade conseguiu explicitar essa necessidade social como uma demanda por educação pública de qualidade, como dever do Estado, isso é um avanço histórico.

Edição: Fabiana Hiromi e Joana Buarque de Gusmão.